

d) Da área da logística:

- 1) Relativos a transporte de pessoal e utilização de viaturas;
- 2) No âmbito do Regulamento da Administração dos Transportes das Forças Armadas em Tempo de Paz (RETAFA);
- 3) Relativos ao processamento para atribuição de casas do estado;
- 4) Relativos ao planeamento e controlo mensal de ajudas de custo e horas extraordinárias;
- 5) Relativos ao apoio a entidades e organismos públicos, autárquicos, de interesse público e eventualmente privados, no âmbito da missão específica do Exército;
- 6) Relativos à defesa e preservação do ambiente;

e) Da área da instrução e treino:

Todos;

f) Da área da justiça e disciplina:

- 1) Ordenar a remessa às delegações da PJM de documentos com vista a eventuais investigações, nos termos dos artigos 332.º e 334.º do Código de Justiça Militar (CJM);
- 2) Assinar a correspondência de envio às entidades competentes de documentação relativa a processos no âmbito do CJM;
- 3) Visar e acionar as propostas dos comandantes, directores e chefes das U/E/O da Região Militar do Sul ou requerimentos individuais de concessão de medalhas de comportamento exemplar e de medalhas comemorativas das Forças Armadas, nos termos do Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de Dezembro, promovendo o seu envio à Direcção de Justiça e Disciplina (DJD);
- 4) Visar e acionar requerimentos relativos a pedidos de autorização para uso e averbamento nos documentos de matrícula individuais, de distintivos especiais das comemorações colectivas, de membros honorários das ordens honoríficas, de medalhas e insígnias nacionais, não militares ou estrangeiras, nos termos do artigo 48.º do Decreto-Lei n.º 414-A/86, de 15 de Dezembro, promovendo o seu envio à Direcção de Administração e Mobilização de Pessoal (DAMP);
- 5) Visar, despachar e promover o encaminhamento de processos:
 - a) De concessão de pensão de preço de sangue (Decreto-Lei n.º 466/99, de 6 de Novembro);
 - b) Por serviços excepcionais e relevantes prestados ao País (Decreto-Lei n.º 466/99, de 6 de Novembro);
 - c) Para concessão de pensões de ex-prisioneiros de guerra (Decreto-Lei n.º 161/2001, de 22 de Maio).
- 4) Determinar às U/E/O a elaboração, a reabertura ou a realização de diligências relativas a processos por acidente ou doença respeitantes a militares fora da efectividade de serviço;
- 7) Visar e decidir sobre processos por acidente ou doença respeitantes a militares na efectividade de serviço;
- 8) Ordenar a realização de deprecadas às unidades da Região Militar do Sul.

g) Da área das transmissões e telecomunicações permanentes:

Todos;

h) Da área da informática:

Todos.

3 — O presente despacho produz efeitos a partir de 5 de Dezembro de 2005, ficando por este meio ratificados todos os actos entretanto praticados pelo 2.º comandante da Região Militar do Sul que se incluam no âmbito desta delegação e subdelegação de competências.

21 de Dezembro de 2005. — O Comandante, *Eduardo Alberto Madeira de Velasco Martins*, tenente-general.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e da Justiça

Despacho n.º 2488/2006 (2.ª série). — Nos termos das disposições conjugadas do n.º 6 do artigo 63.º da Lei n.º 47/86, de 15 de Outubro, com a redacção introduzida pelo artigo 1.º da Lei n.º 60/98, de 27 de Agosto, e na sequência de informação nesse sentido da Procuradoria-Geral da República, autorizo a remuneração de dois quintos do seu vencimento à licenciada Sandra Isabel Tomás Rocha,

procuradora-adjunta no Tribunal da Comarca do Cadaval, por acumulação destas funções com as de procuradora-adjunta no Tribunal da Comarca de Torres Vedras, no período compreendido entre 15 de Setembro de 2004 e 15 de Julho de 2005, com exclusão das férias judiciais.

13 de Janeiro de 2006. — O Secretário de Estado Adjunto e da Justiça, *José Manuel Vieira Conde Rodrigues*.

MINISTÉRIO DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Secretaria-Geral

Despacho (extracto) n.º 2489/2006 (2.ª série). — Por despacho do secretário-geral do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional de 18 de Janeiro de 2006:

Sónia Alexandra Pires Dias Cardoso Barroso de Moura, técnica superior de 1.ª classe da carreira de consultor jurídico do quadro de pessoal desta Secretaria-Geral — nomeada, por tempo indeterminado, precedendo concurso, para a categoria de técnico superior principal da mesma carreira, ficando exonerada do lugar anteriormente ocupado a partir da data da aceitação. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

18 de Janeiro de 2006. — A Directora de Serviços de Administração, *Paula Gonçalves*.

Despacho (extracto) n.º 2490/2006 (2.ª série). — Por despacho do secretário-geral do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional de 18 de Janeiro de 2006:

Maria Rosa Bernardo Dâmaso, técnica superior de 1.ª classe da carreira de técnico superior do quadro de pessoal do Instituto da Defesa Nacional, escalão 2, índice 475 — nomeada por tempo indeterminado, precedendo concurso, para a categoria de técnico superior principal da carreira de técnico superior de biblioteca e documentação para o quadro desta Secretaria-Geral, escalão 1, índice 510, ficando exonerada do lugar anteriormente ocupado a partir da data da aceitação. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

18 de Janeiro de 2006. — A Directora de Serviços de Administração, *Paula Gonçalves*.

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve

Aviso n.º 1160/2006 (2.ª série). — Por despachos de 6 de Janeiro de 2006 do presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve:

Carla Susana da Silva Santos Cardoso, vigilante da natureza de 2.ª classe do quadro de pessoal da ex-Direcção Regional do Ambiente e do Ordenamento do Território — Algarve — nomeada definitivamente, após reclassificação profissional, na categoria de técnico superior de 2.ª classe da carreira de técnico superior do mesmo quadro de pessoal, ficando exonerada do lugar que ocupa quando aceitar a nomeação na nova categoria. A remuneração corresponde ao escalão 1, índice 400.

11 de Janeiro de 2006. — A Vice-Presidente, *Maria Catarina Pires Brito da Cruz*.

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte

Aviso n.º 1161/2006 (2.ª série). — Nos termos do n.º 2 do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 498/88, de 30 de Dezembro, com as alterações que lhe foram introduzidas, torna-se público que se encontra afixada na Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, a lista de candidatos admitidos e excluídos ao concurso interno geral de provimento de um lugar de chefe de secção do quadro privativo da ex-Comissão de Coordenação da Região do Norte, aberto por aviso publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 297, de 26 de Dezembro de 1997, alterado pelo despacho do presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte,

n.º 23 182/2005 (2.ª série), publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 216, de 10 de Novembro de 2005.

16 de Janeiro de 2006. — A Presidente do Júri, *Paula Freitas*.

Instituto da Conservação da Natureza

Rectificação n.º 128/2006. — Nos avisos n.ºs 338/2006 (2.ª série), 339/2006 (2.ª série), 340/2006 (2.ª série), 341/2006 (2.ª série) e 342/2006 (2.ª série), referentes a abertura de concursos para cargos dirigentes no Instituto da Conservação da Natureza, publicados no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 10, de 13 de Janeiro de 2006, no n.º 13 de cada um dos avisos, rectifica-se que onde se lê «Este concurso será publicitado na bolsa de emprego público no dia 12 de Janeiro de 2006.» deve ler-se «Este concurso foi publicitado na bolsa de emprego público no dia 13 de Janeiro de 2006.»

17 de Janeiro de 2006. — A Directora de Serviços Administrativos e Financeiros, *Otilia Martins*.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 2491/2006 (2.ª série). — Tendo em conta o disposto na alínea *a*) do n.º 2 do artigo 46.º do Decreto-Lei n.º 54-A/2000, de 7 de Abril, determino:

1 — É requisitada para prestar funções na estrutura de apoio técnico (EAT) da Intervenção Operacional da Agricultura e Desenvolvimento Rural, abreviadamente designada por Programa AGRO, criada pelo artigo 7.º da Resolução do Conselho de Ministros n.º 27/2000, de 16 de Maio, a assistente administrativa especialista do quadro da Secretaria-Geral do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas Maria Amélia Martins Mota Félix, com efeitos a 11 de Maio de 2005.

2 — A referida requisição faz-se pelo período de um ano prorrogável até ao limite de três anos, nos termos do artigo 27.º, n.º 3, do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro.

3 — As despesas decorrentes do presente despacho serão suportadas pelas verbas inscritas no Programa AGRO para a assistência técnica.

29 de Novembro de 2005. — O Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, *Jaime de Jesus Lopes Silva*.

Despacho n.º 2492/2006 (2.ª série). — Tendo em conta o disposto na alínea *a*) do n.º 2 do artigo 46.º do Decreto-Lei n.º 54-A/2000, de 7 de Abril, determino:

1 — É requisitada para prestar funções na estrutura de apoio técnico (EAT) da Intervenção Operacional da Agricultura e Desenvolvimento Rural, abreviadamente designada por Programa AGRO, criada pelo artigo 7.º da Resolução do Conselho de Ministros n.º 27/2000, de 16 de Maio, a técnica superior principal do quadro da Secretaria-Geral do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas licenciada Anabela de Sousa Isidoro, com efeitos a 1 de Abril de 2005.

2 — A referida requisição faz-se pelo período de um ano prorrogável até ao limite de três anos, nos termos do artigo 27.º, n.º 3, do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro.

3 — As despesas decorrentes do presente despacho serão suportadas pelas verbas inscritas no Programa AGRO para a assistência técnica.

29 de Novembro de 2005. — O Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, *Jaime de Jesus Lopes Silva*.

Despacho n.º 2493/2006 (2.ª série). — Tendo em conta o disposto na alínea *a*) do n.º 2 do artigo 46.º do Decreto-Lei n.º 54-A/2000, de 7 de Abril, determino:

1 — É destacada para exercer funções na estrutura de apoio técnico (EAT) da Intervenção Operacional da Agricultura e Desenvolvimento Rural, abreviadamente designada por Programa AGRO, criada pelo artigo 7.º da Resolução do Conselho de Ministros n.º 27/2000, de 26 de Maio, a licenciada Ana Sofia Correia Pais, pertencente ao quadro de pessoal do Instituto de Financiamento e Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura e Pescas (IFADAP), com efeitos a 12 de Março de 2005.

2 — O referido destacamento faz-se nos termos das disposições conjuntas dos artigos 25.º do Decreto-Lei n.º 414/93, de 23 de Dezembro, e 27.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, pelo período de um ano, prorrogável até ao limite de três anos.

3 — Nos termos das mesmas disposições conjuntas dos diplomas referidos no n.º 2, as despesas decorrentes do presente despacho serão suportadas pelo IFADAP.

29 de Novembro de 2005. — O Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, *Jaime de Jesus Lopes Silva*.

Despacho n.º 2494/2006 (2.ª série). — Ao abrigo do disposto na alínea *e*) do n.º 1 do artigo 5.º do Despacho Normativo n.º 30/2005, de 6 de Maio, do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, e para aplicação à campanha de 2006, determino o seguinte:

1 — A ajuda à acção n.º 2, «Combate à varrose», sub-acção «Despesas de tratamento na luta contra a varrose», do Programa Apícola Nacional, consiste na entrega directa do medicamento ao apicultor, na sequência dos procedimentos previstos pelo Despacho Normativo n.º 20/99, de 16 de Abril, sendo a quantidade máxima de medicamento a entregar a cada apicultor determinada com base nas colónias inscritas na última declaração de existências que precede o início da campanha.

2 — O montante máximo para a aquisição do medicamento é o que resulta da diferença entre o montante total previsto no anexo II do Despacho Normativo n.º 30/2005, para a acção n.º 2, e o montante necessário ao pagamento integral das restantes subacções da referida acção.

18 de Janeiro de 2006. — O Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, *Jaime de Jesus Lopes Silva*.

Direcção Regional de Agricultura da Beira Interior

Despacho (extracto) n.º 2495/2006 (2.ª série). — Ao abrigo do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, republicada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, nomeio a técnica superior principal da carreira de médico veterinário Maria Isabel Correia Rolão Preto para exercer funções dirigentes no cargo de chefe de divisão de intervenção Veterinária do Fundão, lugar constante no mapa III a que se refere o n.º 2 do artigo 39.º do Decreto Regulamentar n.º 19/97, de 7 de Maio, em regime de substituição, por 60 dias, com efeitos a partir de 2 de Janeiro de 2006.

30 de Dezembro de 2005. — O Director Regional, *Rui Salgueiro Ramos Moreira*.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE SOCIAL

Casa Pia de Lisboa, I. P.

Despacho (extracto) n.º 2496/2006 (2.ª série). — Por despachos do provedor-adjunto da Casa Pia de Lisboa, I. P., foram celebrados contratos administrativos de serviço docente (substituições) para o ano lectivo de 2005-2006 com os seguintes docentes:

Despacho	Nome	Início de funções	Grupo
3-10-2005	Sandra Maria Araújo Trindade	4-10-2005	Código 09.
19-9-2005	Ana Cristina Martins Dias Silva	20-9-2005	Código 11.
19-9-2005	Fátima Maria Mota Carreira Germano Pais	20-9-2005	Código 04.